

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
ASSEMBLEIA NACIONAL
DEPUTADA MARÍA CORINA MACHADO
Estado de Miranda

Caracas, 27 de fevereiro de 2014.

Excelentíssima Senhora
Dilma Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil

Endereço esta carta à senhora com o objetivo de me referir à delicada situação política pela qual está a atravessar a Venezuela nestes momentos, assinada por atos de inusitada violência e irrespeito aos direitos humanos por parte dos corpos repressivos do governo nacional, consequência do seu invento de calar o legítimo protesto que em todo o país se tem vindo a realizar entre o movimento estudantil e os cidadãos.

Tenho a certeza de que como Presidente, segue em detalhe o que acontece na vida política nacional e deve ter visto que o protesto estudantil desencadeado pela brutal repressão das autoridades federais dos Estados de Táchira, Lara, Mérida, Aragua, Anzoátegui, Miranda e outras entidades em dias passados, com argumentos e acusações falaces, tem sido o detonante da rebeldia estudantil, que se expressa agora a nível nacional desde há mais de duas semanas.

Além disso, deve estar ciente dos trágicos acontecimentos do passado 12 de fevereiro em Caracas, quando uma caminata de protesto pacífico e desarmado dos estudantes foi atacada por grupos paramilitares, que atuam impunemente com o amparo das autoridades governamentais, e foi reprimida de maneira selvagem por funcionários policiais e a Guarda Nacional. O lamentável resultado destes factos foi três venezuelanos mortos pelas feridas das armas de fogo que receberam. Isto tem desencadeado a ampliação e o prolongamento do protesto nas principais cidades do país. Agora temos que somar os factos violentos em várias regiões, com um saldo de 15 falecidos e mais de 650 detidos.

Não escapará da sua atenta observação dos factos, que estes atos de repressão violenta e desmarcada do legítimo e explicável protesto estudantil, têm sido acompanhados, segundo denúncias de numerosas vítimas detidas, de inaceitáveis atos de tortura, de uma manifesta e inegável censura aos meios de comunicação e de uma aberta perseguição política a líderes da oposição democrática, contra os quais se ditam ilegais medidas de detenção. Leopoldo López, por exemplo, já tem uma semana preso injustamente na cadeia militar de Ramo Verde. O regime distancia-se cada vez mais da imagen fitícia do governo democrático e revolucionário que pretende vender ao estrangeiro.

Vejo com crescente preocupação que o governo de Nicolás Maduro, longe de fomentar um verdadeiro diálogo e atuar com aderência às leis e à Constituição, para restabelecer a concórdia e a paz do país, tem convidado a uma suposta conferência de paz, na qual, aliás de se encarregar de ofender aos dirigentes da oposição e aos

venezuelanos que não o eligiram Presidente, mostra-se negado para admitir as inocultáveis violações aos direitos humanos por parte da Polícia Nacional Bolivariana e a Guarda Nacional Bolivariana. E, pior ainda, felicita a estes organismos de segurança por “ter paciência e responder contundentemente”. Um diálogo verdadeiro só passa por exigir o desarme dos coletivos armados que se têm ocupado de semiar o terror nas últimas semanas, passa por exigir o cese da repressão e o castigo a quem seja culpável de fomentar e acionar com violência, começando pelos corpos policiais e militares.

Hoje sabemos que o governo promove um falso diálogo pela paz, que só procura ganhar tempo e limpar a sua imagen repressiva e autoritária perante o mundo, que tem os seus olhos sobre a Venezuela. É mesmo difícil acreditar em Nicolás Maduro, quem fala de paz ao país enquanto grupos paramilitares e organismos policiais saem a reprimir aos miles de manifestantes que permanecem nas ruas a ejercer o seu direito constitucional.

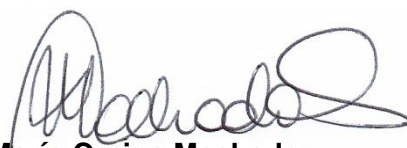
O governo venezuelano optou pelo caminho errado de radicalizar ainda mais a sua conduta irracional e anti-democrática, através de mais repressão e perseguição, assim como ficou demonstrado na noite de 19 de fevereiro, quando a Guarda Nacional, junto à Polícia Nacional Bolivariana e os denominados coletivos, com o amparo da Transmissão Nacional de Rádio e Televisão, arremeteram aos estudantes e cidadãos, bens públicos e privados, utilizando sem discriminação armas de fogo contra cidadãos desarmados e irrumpindo pela força em vivendas sem ordens escritas para o fazerem. Factos que têm vindo a agravar-se nestes dias com o uso indiscriminado e desproporcionado da força pública por parte da Guarda Nacional e os denominados coletivos contra cidadãos desarmados. Há inúmeras evidências que o demonstram.

Perante este cenário de violência e repressão, o governo do Panamá, em conformidade com as previsões da Carta da Organização dos Estados Americanos, tem solicitado uma reunião do Conselho Permanente desse organismo para considerar a situação da Venezuela.

Por isto tudo, peço-lhe encarecidamente desaprovar, repudiar e manifestar o seu pesar a propósito da reunião da Organização dos Estados Americanos arredor ao perigoso caminho que tomam os acontecimentos políticos no país, o agravamento da repressão governamental e a inação de governos que têm entre as suas práticas devidas a defesa da democracia e a liberdade no Hemisfério.

Como parte da maioria democrática do povo venezuelano, desejo elevar muito respetuosamente perante o seu governo a minha solicitude de apoio à causa da democracia e o respeito aos direitos humanos no nosso Hemisfério.

Atentamente



María Corina Machado

Deputada à Assembleia Nacional da Venezuela